



Crônicas risíveis da corte universitária

Risible chronicles of the university court

Ana Rita Queiroz Ferraz
aritaFerraz@uol.com.br

Resumo: A Universidade ao incorporar aos seus processos uma certa sisudez, contribui para fortalecer as narrativas hegemônicas e, conseqüentemente, o sentido “moral” da ciência. Em oposição, o riso, ambivalente e restaurador, dialoga com a seriedade aberta, na direção de uma *Gaia Ciência*. Avessos a toda forma de dogmatismo e fixidez, a concepção histórica do tempo e o caráter utópico, características do riso, permitem o deslocamento de perspectivas, possibilitando uma visão anticanônica da Universidade. A crônica universitária, ao narrar o cotidiano da vida institucional, reconhece-a como um corpo aberto e inacabado, incitando ao exercício da auto-ironia.

Palavras-chave: jogos de poder, humor, diálogo.

Abstract: The university incorporates too much rigidity in our processes. It contributes to the strengthening of the hegemonic narratives and to the “moral” sense of science. In contrast, laughing, ambivalent and restoring, dialogues with the open seriousness in the direction of a *Gay Science*. The historical conception of time and the utopian character, contrary to all forms of dogmatism and strictness, which is a typical characteristic of laughing, allow the displacement of perspectives, making possible an anti-canonical view of the university. The university chronicle, when telling the daily life of the institution, recognizes it as an open and unfinished body, encouraging the exercise of self-laughing.

Key words: power games, humor, dialogue.

Explicação prévia

Em 2006, afirmava (Ferraz, 2006) que a universidade sofre de uma crise de humor, além das já citadas por Boaventura de Sousa Santos (2004) ao discutir a universidade do século XXI – institucional, especialmente vincu-

lada à autonomia; de legitimidade, referindo-se à sua elitização; e de hegemonia, operando a hierarquização de saberes e valores. Apontar uma crise de humor me parece ser convite para uma boa peleja que, entretanto e antes, requer o esclarecimento das perspectivas conceituais assumidas.

Reconheço a vasta literatura sobre a universidade, dos pontos de vista histórico, político, filosófico e sociológico; contudo, o riso me confronta com a necessidade de pensá-la desde o seu cotidiano. Assim, ao qualificar a universidade de Corte, faço-o no sentido de operar um des-

locamento desde o peso histórico do conceito para a dinâmica da vida universitária, onde o riso permeia as brechas do instituído, desvelando jogos de poder.

Opto por uma narrativa que incorpora a crônica como estilo, na medida em que o riso não reconhece categorias universais - é circunstanciado e radicalmente encarnado. Tal escolha, próxima do ensaio, é também provocação para refletirmos sobre a ortodoxia dos discursos proferidos em terceira pessoa, característica da escrita acadêmica que nos protege da insensatez de uma autoria que nos implica e confronta com o dito. O texto vivo que nos toma como matéria e desconhece as fronteiras entre arte, filosofia e ciência, que brinca com a liberdade de expressar livremente pensamentos e idéias, problematiza e inventa os seus métodos. Busquei inspiração, para tanto, na “razão poética” de Maria Zambrano (2001), nos estudos de Bakhtin (1999) sobre a *Cultura Cômica popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, e no Conde de Sabugosa (2007) que à cena as histórias da Corte.

Este último, em 1923, dedicou-se ao estudo dos divertimentos de bobos, truões, chocarreiros, bufões, inventores de autos e cômicos, assim denominados de acordo com a época ou com os seus atributos. Tinha o Conde, o propósito de estudar as Cortes européias de séculos anteriores, pela via da pilhéria e da língua dos simples. Sobre o denominativo de Corte refere não apenas a ambiência palaciana, o cotidiano de reis, rainhas e agregados, território de intrigas e lisonjarias, mas também “O terreno onde as rudezas da vida social se apuram, e os costumes se tornam policiados” (Sabugosa, 2007, p. 19). A Corte inclui a aldeia e as suas gentes, inclui cortesãos e cortesãs, mesmo os alheios ao Soberano. Cortesãos são os navegadores e cavaleiros; são os homens e as mulheres rudes, e são os cancio-

neiros e comediógrafos; cortesãos e cortesãs são aqueles e aquelas cujos aleijões intelectuais e físicos fazem a diversão da Corte, oxigenando-a desde o riso cômico popular.

A Corte são os homens e as mulheres de ciência, são os estudantes, são os pequenos e os grandes funcionários, e ainda os que, à margem, buscam participar da vida festiva e compartilhar das fofocas e lutas palacianas. Inclusos aqui, os aleijões intelectuais de poetas e outros da mesma linhagem.

Historiografia

Foi na língua dos simples que um dia Lorenilson, morador de rua contemplado com uma casa no Alto de Coutos, bairro situado na periferia de Salvador (BA), após ter participado de uma disciplina na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – *Universidade, Nação e Solidariedade* – em 2003, disse aos seus amigos, apontando a paisagem árida do bairro: “Sabe aquele meu amigo reitor que morreu”, referindo-se a Felipe Serpa, ex-reitor (1994-1998) e um dos professores da disciplina, “pois era essa a universidade que ele queria: com todos nós dentro”. A fala do ex-mendigo confronta-nos com o que era, também, um problema para Bacon, segundo refere Guilherme de Baskerville para o seu pupilo Adso, no livro *O nome da rosa* (Eco, 2003, p. 200): “A experiência dos simples tem êxitos selvagens e incontrolláveis”. Então, a Corte universitária inclui a *escória* da cidade e territórios além-muros dos seus domínios?

Mas a história é uma roda viva, e além de Felipe Serpa, Lorenilson também morreu. Enquanto o último foi enterrado em caixão doado pelo Serviço de Assistência Social da Prefeitura da Cidade, o professor Felipe foi velado com honras de ex-reitor no Palácio da Reitoria. Presentes, autori-

dades, colegas, estudantes e amigos. Uma estudante, derivando o ritual, aproximou-se do corpo e pediu ao ex-Magnífico, licença para lhe contar uma história da mitologia afro-brasileira; um grupo de quilombolas do Vale do Paraguaçu cantou em Yoruba; representantes dos índios Kiriri agitaram melodicamente instrumentos musicais e colocaram sobre o seu peito, um cocar; respeitosamente, um homem tirou o boné vermelho do MST e o dispôs aos seus pés. Colegas falaram do amigo e ao amigo. Por fim, o então e atual reitor pediu a palavra, alegando direito de herança: “Como filho mais novo de Felipe, quero falar em nome da sua outra família: a Universidade”. *Le roi est mort. Vive le roi!*

A crônica universitária revela os intestinos da instituição. Para dizer do riso é preciso que ousemos as cavidades mais íntimas da Corte. Um novo soberano, um soberano novo, de idéias novas, assume o trono e propõe uma *Universidade Nova*. Projeto arrojado que logo ganha a adesão de outras Majestades em todo o território nacional. Um movimento, dito de vanguarda, organiza-se em torno da eficácia da gestão e do planejamento de estratégias voltadas para *O futuro da universidade na sociedade do conhecimento*. Interesse semelhante ao do senhor procurador da Universidade de Pádua, que interpela Galileu (Brecht, 1976, p. 66):

PROCURADOR – Vale escudos somente o que rende escudos. Se o senhor quer dinheiro, precisa produzir outras coisas. O senhor não pode cobrar mais pelo saber do que ele rende a quem o compra. Por exemplo, a filosofia que o senhor Colombe vende em Florença rende pelo menos dez mil escudos anuais ao príncipe. A sua lei da queda dos corpos levantou poeira, é verdade. O senhor é aplaudido em Paris e em Praga. Mas as pessoas que o aplaudem não pagam o que o senhor custa à Universidade de Pádua. A sua desgraça, preza-

do Galileu, está na sua especialidade. GALILEU – Eu entendo: liberdade de comércio, liberdade de pesquisa. Liberdade de comerciar com a pesquisa, é isso?

Interessa, pois, perguntar: como dialogam a tradição representada pelo Velho Pajé¹ e a boa nova anunciada pelo seu sucessor? E mais: a Universidade Nova é uma Nova Universidade?

O riso habita o tenso e o intenso; não se contrapõe ao sério, mas ao dogma. Com o primeiro dialoga e com o outro digladia. O riso é a terceira margem. Ao afirmar que a universidade sofre de uma crise de humor, bem digo o elogio da leveza que faz Calvino (1990, p. 32): “[...] o humor é o cômico que perdeu o peso corpóreo (aquela dimensão da carnalidade humana que, no entanto, faz a grandeza de Boccaccio e Rabelais) e põe em dúvida o eu e o mundo, com toda rede de relações que os constituem”. Nesse excerto e em todo o capítulo que dedica ao tema, o escritor contrapõe à leveza, o peso, como faz também ao citar o poeta florentino Guido Cavalcanti: “É preciso ser leve como o pássaro, e não como a pluma” (Calvino, 1990, p. 28). O peso do viver não está, portanto, nos corpos, “grandeza de Boccaccio e Rabelais”, mas na gravidade dos valores estabelecidos, nos preconceitos e receios morais impeditivos do pensamento-corpo que não cede ao peso conceitual. Um pensamento-corpo é leve, dançarino, ridente e risível.

Ao declarar que a universidade sofre de uma crise de humor, remeto-me à gravidade que se apodera do espírito dos homens eruditos, distinto do espírito da suportação (Nietzsche, 2003), que se alegra com o “mais pesado dos pesos” porque experimenta a sua força e a sua flexibilidade, cur-

vando o corpo em direção à terra mãe. É preciso ressaltar que o “peso mais pesado”, o peso do ressentimento contra o tempo do Eterno Retorno, o tempo implacável do devir, é paradoxalmente motivo de júbilo – experiência do riso doído (Ranoñes, 2002) que afirma a tragicidade da existência.

Os homens do poder, contudo, já não migram para o seu deserto, desertificaram a vida – o peso dos totalitarismos revela um mundo desencantado que cede às leis do comércio, tornando mercadoria o riso e banalizando-o como solução para a angústia da ausência de sentido. O poder do capital impõe a sua supremacia, silenciando as manifestações da razão que não coadunam com os seus propósitos. Falamos, então, de uma razão técnica e, por conseguinte, de uma falsa tensão entre o pensamento sério e o riso, considerando que como jogo jogado *a priori*, o que se objetiva é o estabelecimento de uma gramática única.

A relação entre os poderes oficiais e o riso data de muito. E de muito compreenderam os poderosos a importante arma que é, estrategicamente incorporando-o à sua dinâmica, desde os bobos na Corte e calendários festivos da igreja na Idade Média e Renascimento, até a midiatização do humor na contemporaneidade. O alardeamento do riso é, hoje, um modo de silenciá-lo, posto que, se todos riem, cessam as tensões e, consequentemente, o jogo. O sentido trágico não pode padecer da falta de ambivalência e do diálogo. O riso, por essência ambivalente, histórico e iminente, necessita da seriedade e da forma, como promessas restauradoras – diga-se, aqui, da seriedade aberta que reconhece a transitoriedade dos fenômenos.

Grande parte dos estudos sobre o riso evidencia o seu caráter subver-

sivo e restaurador (Alberti, 2002). O aspecto restaurador, e aqui me remeto à perspectiva de François Rabelais, antes citado por Ítalo Calvino, e cuja obra é objeto de investigação de Bakhtin (1999), advém do rebaixamento ao corpóreo e à materialidade da vida, de tudo o que está no alto, partes do corpo e valores tidos como superiores; o baixo é o lugar da história-destino, da ambivalência e da afirmação do pensamento-corpo. O riso na Corte universitária, supostamente reduto dos altos valores, convida a autoderrisão – rir de si mesmo. O exercício da auto-ironia ou o escárnio e rebaixamento de tais valores representam o triunfo sobre o dogmatismo e a fixidez. Assim, as produções acadêmicas deveriam não apenas objetivar o livre questionamento das narrativas hegemonicamente instituídas, mas, paralelamente e sem pejo, operar a desconstrução dos seus próprios axiomas.

Beira o paradoxo, contudo, dizer que muitos daqueles que na Corte universitária pesquisam o riso nem sempre são pessoas ridentes, especialmente os que não partilham da fina ironia que nos destrona de supostos lugares e supostos saberes. Pois, no *Colóquio Nacional sobre o Cômico e o Trágico*, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (MG), em 2006, num ambiente de grande respeito ao Saber, como é de praxe nos encontros filosóficos, ao final da leitura de um instigante texto sobre o humor, perguntei ao conferencista, um renomado professor de filosofia da Universidade de São Paulo, se poderia afirmar que a universidade sofre uma crise de humor. Apostava numa profunda e sábia resposta, posto o brilhantismo do texto, e, afinal, tratava-se de um filósofo, e, ainda por cima, cátedra de uma meritória universidade.

¹ Como era carinhosamente conhecido o professor Felipe Serpa.

Pedi-me o professor que explicasse o despropósito: “O senhor referiu a gargalhada de ouro do filósofo, citando Nietzsche; falou de um riso visceral e corrosivo, remetendo-nos a Deleuze e a Bakhtin; pergunto: ‘Onde está o riso num Colóquio que pretende tratar do cômico e do trágico? A universidade ri? Caso sim, onde está o riso na universidade?’”. Em poucas palavras o mestre apontou o disparate da minha questão, carente do bom senso e da razão que caracterizam o discurso acadêmico. “Respon-di à sua pergunta, professora?”; sorri discretamente e pensei: “Não, a universidade não sofre de uma crise de humor; a universidade está de mau humor”. “Sim, professor, o senhor respondeu-me. Obrigada”.

Mas a grande blague, a fabulosa farsa, afinal, está na proclamação dos arautos, compreendi: uma festa para compartilhar. Nas suntuosas ocasiões, quando são celebrados os mais altos valores cortesãos, reúnem-se bonzos e doutos vindos de muitos reinos com esse supremo fim: compartilhar. Por antecipação definem-se as regras do evento, a fim de que sejam garantidos a ordem e o bom aproveitamento. Durante as *conferências didáticas*, entretanto, a leitura ensimesmada dos saberes produzidos poucas vezes permite ao orador encarar o público respeitoso. E, longe do compartilhamento de experiências, no mais refinado estilo burlesco, tais ocasiões revelam a nossa impossibilidade de uma memória comum e o declínio da experiência coletiva. Falta à mesa o bom vinho; à narração, *artesanaria*.

Ressalto que aquele texto é, sem dúvida, uma importante produção sobre o tema; entretanto, as belas palavras do professor não tinham corpo e eram paradoxalmente tão pesadas que lhe impossibilitavam sentir a dureza da cadeira onde estava assentado. Sua resposta revelou a opção pelo rebaixamento da minha

fala sem, contudo, incitar restauração – característica que assume o riso desde a modernidade, segundo o mesmo Bakhtin (1999) citado pelo professor. Se assim for, fazia ele um exercício de coerência.

Mas se as crônicas da Corte nar-raram as façanhas dos doutos, também não poupam os truões. Do professor Felipe Serpa ouvi a história da entrega do prêmio de *Doutor Honoris Causa* a Caetano Veloso, durante o carnaval de 1998, num trio elétrico instalado no Porto da Barra, em Salvador (BA); jogo que compartilhou com o professor Paulo Lima, também um inventor de autos. O caráter herético da solenidade guardava obediência à liturgia requerida em tais ocasiões, provocando tensionamentos importantes para fazer pensar a universidade desde a perspectiva da praça pública, território da livre expressão do povo, como bem cantou o próprio Caetano Veloso, parodiando os versos do poeta Castro Alves, na música *Frevo Novo* – “*A praça é do povo como o céu é do avião*”.

A praça pública é o lugar por excelência do carnaval, e este, como discurso, foi atualizado, ritualisticamente, pela mesma instituição que outrora o condenou. Simbolicamente a universidade foi degradada e rebaixada quando o deus da orgia e do caos homenageou o artista (ou a arte) que abriu as portas do sagrado ao cortejo momesco. Sob o primado da arte e da alegria desmedida, o tom dogmático cedeu à seriedade aberta e jovial que incorpora o riso como potência criativa. Para Bakhtin (1999, p. 360), “[o] carnaval celebra o aniquilamento do velho mundo e o nascimento do novo, do novo ano, da nova primavera, do novo reino. O velho mundo aniquilado é apresentado juntamente com o novo, representado com ele, como a parte agonizante do mundo bicorporal único”. E ainda que a mercantilização tenha destruído o carnaval como discurso, o ajuntamento do

povo concorre para restaurar os seus princípios, mesmo que por breves e pequenas fissuras no organismo social. O carnaval opera o rebaixamento e incorpora a ambigüidade da tradição e do novo. Por princípio, é tenso e dialógico.

A entrega do título na praça pública, onde o povo bebia e dançava sem entraves, fazia parte de uma série de eventos protagonizados pela UFBA, com o objetivo de estudar o carnaval da Bahia. A transgressão rendeu a esta, notas no *Le Monde*, em jornais locais e nacionais, além de problemas com a polícia e desconforto com universidades do centro-sul do país. A liturgia que tradicionalmente teria lugar na Reitoria da UFBA foi cumprida rigorosamente pelo Magnífico Reitor Luis Felipe Perret Serpa, precedida por um espetáculo teatral organizado por professores da Escola de Teatro. Em cena, Dioniso e personagens das músicas de Caetano Veloso.

O lugar da tensão é o esteio do riso ambivalente e restaurador – morte e vida se alternaram, e a universidade abriu suas portas ao povo. Num movimento invertido e de matiz paródica, como bem cabia num período carnavalesco, a academia foi à praça pública. O Velho Pajé narrava os fatos e alertava-nos: “Não se trata de romper com o instituído, mas de tensioná-lo com o instituinte”. Felipe Serpa, a um só tempo, reitor e historiador da sua Corte, recebeu o maior título de honraria da Universidade, *post mortem*. Repetimos, afinal, o sacrifício do bobo que, ao final dos períodos festivos medievais e renascentistas, depois de sagrado rei, era morto, como garantia do retorno da ordem oficial.

Mas a Corte é mesmo o lugar dos mexericos: escândalo, outro, que me aventuro narrar agora, ocorreu na Corte Suprema do Além Mar, no Conservatório Real de Estocolmo. Em 1997, o dramaturgo, autor e ator

Dario Fo foi Prêmio Nobel de Literatura. Conhecido como um anarquista saltimbanco, Fo esteve exilado e preso por diversas vezes, acusado de subversão por tomar como alvo o imperialismo e o capitalismo na Itália, chegando a ser processado pelo primeiro ministro Silvio Berlusconi. O escândalo na Academia não parou por aí: abriu portas para o escritor português José Saramago, laureado em 1998, e para a dramaturga e romancista austríaca Elfriede Jelinek, em 2004. O primeiro foi acusado de afrontar a Igreja Católica com o seu *Evangelho Segundo Jesus Cristo* (Saramago, 2005) e a segunda, tida como pornográfica, por denunciar, abusando de “fantasias obscenas” e “linguagem vulgar”, as estratégias dos poderes dominantes, especialmente a posição da mulher e do homem no meio capitalista. Os intelectuais de todo o mundo manifestaram-se contra a natureza herética das indicações. A Academia segue o conselho que Maquiavel dá aos príncipes: escolher aqueles que lhe possam mostrar a verdade, se questionados, para que suas decisões sejam prudentes. A pilhéria, contudo, não é a entrada triunfal dos bobos na Corte Real, mas o fato de que o autor do prêmio, Alfred Nobel, foi o inventor da dinamite.

Ora, se a diversidade é característica da Corte universitária, todos os dizeres adquirem legitimidade no jogo. E apenas no jogo mantém-se a tensão. Para Derrida (2003), o que difere essa de outras Cortes que requerem para si o direito e o dever de tudo dizer, é o compromisso de fazê-lo publicamente, como testemunho de fé, produzindo acontecimento. Traça, dessa maneira, uma distinção entre produções meramente constatativas e aquelas que se revelam como ato performativo – que implicam numa decisão e numa responsabilidade ético-política.

Meritum causae. Ou: mérito da causa

O que significa, afinal, afirmar que a Universidade vive uma crise de humor? A etimologia da palavra *crise* remete-nos à ruptura e formação de uma nova ordem pautada em diferentes *kriterios*; significa também julgar a partir de perspectivas diversas. Por fim, aponta para oportunidade e perigo. Nesse caso, a crise é oportunidade para rever as disposições do espírito, seus variados humores; como perigo, talvez alerte para a aderência a fatalismos. Rir da universidade, ou na universidade, ou com a universidade, é assumir instalar-se no conflito e na contradição, sabendo ilusório o *consenso das gentes*.

Há, entretanto, alguns detalhes a serem considerados nesse jogo, a um só tempo negador e afirmador. Jogo que se estabelece entre o riso cômico popular do comediógrafo Tsubaki e a seriedade dos poderes hegemônicos, representada pelo censor do governo, Sakisaka, em *Escola do Riso*, filme de Mamoru Hoshi (2004). O contexto: Tóquio da Segunda Guerra. O cenário: uma pequena sala no prédio do quartel general da polícia, guardada por um policial velho; como mobiliário há apenas uma mesa e duas cadeiras. O cenário minimalista evita distrações: frente a frente, o poder oficial e o riso.

Sakisaka está *a priori* decidido a não aprovar a peça apresentada, mas, provocado pela disposição do jovem escritor, propõe reconsiderar seu julgamento, caso o texto de Tsubaki o faça rir. Sakisaka nunca riu e não entende as coisas da alegria. Durante sete dias, propõe alterações no texto, que são realizadas por Tsubaki, não sem burlar as determinações do censor. Sakisaka aos poucos vai se tornando co-autor do texto e nele projeta-se, imaginando cenas e chegando mesmo a dramatizá-las, contracenando com Tsubaki.

Afinal, o jogo é desvelado: Sakisaka admite a sua determinação inicial de censurar a peça e a admiração pelo talento do escritor; confessa que riu. Tsubaki, envolvido pelo momento de intimidade revela-se:

Eu pensei em parar de escrever. Mas como sou um escritor de comédias...Escritores precisam ter sua forma de divergir. Ignorar as leis de Sua Majestade e desistir da peça é uma forma. Ignorar os censores, encenar a peça e esperar ser preso é outra. Mas isso não me pareceu certo. Não está no sangue de escritores de comédias. O que poderia fazer? Então eu percebi. Eu decidi usar o que me exigissem. Reescreveria tudo o que pedissem. Mas iria torná-la melhor, mais engraçada e mais interessante que antes. Sabia que essa seria a minha maneira. Minha maneira de lutar contra as autoridades (Hoshi, 2004).

Cai o pano. Cessada a tensão, cessa o jogo. O poder oficial não pode prescindir do riso, assim como o riso necessita da seriedade para se manter ambíguo e restaurador – recuperado da inesperada revelação, Sakisaka decide não aprovar a peça; a despeito de considerá-la perfeita, sentença que aquele não é tempo para comédias. Entretanto, fará uma concessão se, e somente se, todos os elementos risíveis forem suprimidos do texto. Tsubaki aceita o desafio. “Eu quero uma comédia sem risadas. Isso é impossível”, afirma Sakisaka. “Como você saberia?”, responde o comediógrafo, reiterando a distância fundamental entre o riso e a cultura oficial. Restaura-se o jogo, e dele nasce o texto que revela o mais puro dos risos, aquele que no jogo jogante não intenta fazer rir; aquele que no silêncio denuncia o absurdo da existência. O riso que contamina o espírito do censor; o espírito da oficialidade. Um velho guarda, um policial velho, vigia a porta da pequena sala.

Na Corte universitária são muitas as histórias que versam sobre ocasiões de apuro das rudezas e policiamento dos costumes através de “jogos de destreza e de *gaia ciência*” (Sabugosa, 2007, p. 19). Nos interstícios da cultura oficial, o riso escapa a toda forma de controle, pois que, como constitutivo do *Dasein*, como segunda natureza do homem, sempre incitará jogos ainda não jogados.

Por isso mesmo, essa é uma narrativa que não se conclui; desnuda, antes, a minha incapacidade de jogar como Tsubaki. O estilo rebuscado que me aprisiona, devo confessar, que me angustia, peca pela falta da espontaneidade e da simplicidade do gênero cômico. E ainda que não tenha a intenção de fazer rir, flagro na minha escrita uma certa sisudez, característica da Corte da qual faço parte. Este texto revela a minha busca por uma escrita risível, e finda com o escárnio da minha coerência com os princípios que critico. Rir de nós mesmos desloca nossas perspectivas e nos confronta com a transitoriedade da existência. Esse é, afinal, um convite e uma provocação para rirmos da nossa insustentável leveza de ser.

Lorenilson me disse que falávamos “índios” diferentes. Lorenilson também era um cortesão, posto que a Corte é marcada pela diversidade. Mas se a diversidade e a ambigüidade são características do riso, tratamos, então, de jogos de poder. Palavra de reitor: “Quero falar da sua outra família: a Universidade”. Que Universidade? A Universidade são tantas quantas as histórias narradas na Corte.

Referências

- ALBERTI, V. 2002. *O riso e o risível na história do pensamento*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 213 p.
- BAKHTIN, M. 1999. *A cultura na Idade Média e no Renascimento: o contexto*

- de François Rabelais*. 4ª ed., São Paulo, HUCITEC, 419 p.
- BRECHT, B. 1976. *Vida de Galileu*. São Paulo, Abril Cultural, 236 p.
- CALVINO, Í. 1990. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 141 p.
- DERRIDA, J. 2003. *A universidade sem condição*. São Paulo, Estação Liberdade, 86 p.
- ECO, U. 2003. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro, O Globo/ São Paulo, Folha de São Paulo, 479 p.
- FERRAZ, A.R.Q. 2006. *Caminhar, encontrar e celebrar: o riso e a arte bufa no projeto pedagógico de Carlos Roberto Petrovich*. Salvador, BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia – UFBA, 180 p.
- HOSHI, M. 2004. *Escola do Riso*. Título Original: Warai no daigaku. Roteiro: Koki Mitani, baseado em peça teatral de sua autoria. Elenco: Kôji Yakusho, Goro Inagaki, Tae Kimura. Edição: Masaaki Yamamoto. Gênero: comédia dramática. Japão, 2004. 1 DVD. Duração: 121 min.
- NIETZSCHE, F. 2003. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. 12ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 381 p. [Das três metamorfoses].
- RANOÑES, A.V. 2002. *O riso doído: atualizando o mito, o rito e o teatro grego*. São Paulo, Agora, 250 p.
- SABUGOSA, C. de. 2007. *Bobos na Corte*. Lisboa, Edição Caleidoscópio, 118 p.
- SANTOS, B. de S. 2004. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo, Cortez, 89 p.
- SARAMAGO, J. 2005. *O Evangelho Segundo Jesus Cristo: romance*. São Paulo, Companhia das Letras, 374 p.
- ZAMBRANO, M. 2001. *Filosofia y Poesía*. Madrid, Fondo de Cultura Económica, 123 p.

Submetido em: 18/01/2008

Aceito em: 29/02/2008

Ana Rita Queiroz Ferraz
UFBA- Faced
Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n
Campus Canela
40110-100 Salvador, BA, Brasil